

Na Constituinte de 46, diante do impasse, Dutra optou por 5 anos

RICARDO BRUNO

Quatro, cinco ou seis anos? A discussão tomou conta do plenário do Palácio Tiradentes. A prevalecer a proposta da Grande Comissão Constitucional, o Presidente da República permaneceria no poder durante seis anos. Já os adversários mais extremados — poucos — defendiam quatro. De um exaustivo debate, aflorou o consenso: cinco anos era o tempo ideal para se governar o País. O Presidente não opôs resistência: informado por seu Líder de que esta era a tendência predominante entre os constituintes, abdicou de um dos seis anos de seu mandato. A despeito da aparente atualidade, tais fatos aconteceram na Assembléia Constituinte de 1946, quando a Nação, sacudida pelo fim do Estado Novo, experimentava o seu penúltimo período, até agora, de transição para a democracia.

O Presidente era o Marechal Eurico Gaspar Dutra. O Líder, o Deputado Nereu Ramos. E a história, em detalhes, está nas páginas do livro "Um Governo Civil", da Editora Nova Fronteira — ainda no prelo —, no qual os autores Mauro Renault, 76 anos, e Novelli Júnior, 80, genros do Marechal, narram a trajetória política e administrativa de Dutra nos cinco anos em que, eleito com a maioria absoluta dos votos, esteve à frente do País.

Mauro Renault coloca um ponto final nas versões contraditórias sobre a redução do mandato do Presidente. Não foi dele, garante, a iniciativa de amputar o último ano de seu governo. Eleito para um período de seis anos, como estabelecia a Constituição de 1937, Dutra simplesmente fez questão de que o seu mandato tivesse a mesma duração que o de seus sucessores. Cinco anos foi o período fixado pela Constituinte para os governos seguintes. Renault lembra que Nereu Ramos disse a Dutra que não haveria problemas para aprovar, na disposições transitórias, artigo mantendo os seis anos de seu mandato, mas ele recusou.

Se a discussão do mandato nos remete aos dias de hoje, por suas semelhanças, as formas pelas quais foram eleitos os Presidentes responsáveis pela transição de um e de outro período diferenciam-se. Dutra chegou ao poder com a maioria absoluta dos votos populares. José Sarney era Vice da chapa de Tancredo Neves, cuja eleição, a despeito do apoio popular, manifes-



Novelli e Renault desfazem algumas versões sobre mandato de Dutra

tado em ruas e praças, foi indireta. Novelli Júnior acredita que Dutra tenha — em decorrência de sua enorme votação — encontrado um ambiente mais tranqüilo para consolidar a transição, "apesar da ligeira oposição da UDN".

Renault já não vê diferenças entre os dois momentos: "Ambos têm o respaldo legal, pois foram eleitos de acordo com a Constituição vigente", resume. Em seguida, abstrai-se: seus olhos percorrem gravuras e telas e, finalmente, encontram Dutra, fisionomia serena, num quadro a óleo. Retomada a conversa, ele aponta diferenças:

— O ambiente político daquela época e o de agora são completamente diferentes. Os partidos tinham lideranças definidas. Havia transparência nas lideranças políticas, o que facilitava as negociações. Hoje os partidos são confusos. Renault está convencido de que os 22 anos de regime militar foram decisivos para embaralhar as identidades das agremiações partidárias. E o Estado Novo não teria tido também esse papel?

— Em princípio, há uma diferença de duração: a Revolução de 64 durou 22 anos enquanto o Estado Novo teve apenas oito anos. Acho também que o Estado Novo foi uma ditadura coerente com ela mesma. Todos assumiam publicamente o regime duro.

Os constituintes atuais, na discussão do parlamentarismo, debatem se os ministros militares devem ser passíveis do voto de desconfiança. O Presidente Eurico Gaspar Dutra, ao assumir, manteve



Dutra, já eleito, em março de 1946

os Ministros militares do Governo José Linhares: o Vice-almirante Jorge Dodsworth (Marinha), o General de divisão Pedro Aurélio de Góes Monteiro (Exército) e o Brigadeiro Armando Trompowsky (Aeronáutica). Os fatos não guardam semelhanças entre si? Dutra não tentou preservar o poder militar, ao manter a composição dos Ministérios das Forças Armadas?

Renault acha que dois fatores se conjugaram para que Dutra mantivesse os Ministros militares de seu antecessor: questões de ordem pessoal e uma velada tentativa de não criar áreas de atrito entre os militares.

— Ele não poderia tirar o Góes Monteiro porque além de seu amigo pessoal foi líder do movimento

que culminou com a deposição de Vargas. A maioria da Aeronáutica era seguidora do Brigadeiro Eduardo Gomes (seu adversário nas eleições), portanto era aconselhável manter o Armando. E por isto todos foram mantidos.

Renault, pelo Piauí, e Novelli, por São Paulo — ambos foram constituintes em 46 pelo PSD. Segundo eles, Dutra não teve problemas durante os trabalhos constitucionais: a esmagadora maioria do PSD na Assembléia Constituinte lhe dava a tranqüilidade desejada. Além disto, enfatizam, o acordo interpartidário costurado pelo Presidente, com a ajuda de Mozart Lago, criou um clima de harmonia política em todo o País. Essa pacificação, pela qual os ministérios foram partilhados com o PR, UDN e PTB, na opinião de Renault, mostra a habilidade política de Dutra, a despeito de sua rigorosa formação militar.

Há curiosidades nas páginas de "Um Governo Civil". Por elas fica-se sabendo que a data da promulgação da Constituição de 1946, prevista para 17 de setembro, foi alterada devido a um fato prosaico: coincidia com o aniversário de dona Santinha, mulher de Dutra, e o Presidente optou pela mudança para evitar explorações políticas.

No livro anterior, o "Dever da Verdade", no qual Novelli e Renault discorrem sobre a carreira militar de Dutra, um fato curioso ilustra o bom relacionamento entre ele e Getúlio Vargas. No **putsch** integralista, Dutra, então Ministro da Guerra, saiu pela cidade — do Palácio Guanabara ao Ministério — na garupa de uma motocicleta. A presa fez com que não esperasse por seu automóvel, pois os insurretos ameaçavam atacar o Palácio do Catete.

Para indicar os interventores dos Estados, no primeiro período de seu Governo, Dutra compôs com todas as forças políticas. Ele abdicou de parte do poder que lhe conferia a Constituição de 37 — ainda em vigência — para chegar ao entendimento. Durante o período em que esteve à frente do País procurou sempre conciliar. Quando seu mandato expirava houve um impasse na escolha dos candidatos à sua sucessão. Propuseram-lhe mais um ano de mandato, que ele recusou. Sua vocação política, segundo os biógrafos, aflorava em todos os momentos difíceis. Por isto, Novelli e Renault, fazem questão de frisar que o Marechal Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra durante oito anos, realizou simplesmente "um Governo Civil".

DUTRA NO PODER

Governar como presidente civil

A posição de Dutra sobre o mandato é descrita nos seguintes trechos de "Um Governo Civil":

"Em 27 de maio de 1946, a Grande Comissão Constitucional presidida por Nereu Ramos, tendo como Vice-Presidente Prado Kelly e Cirilo Júnior, Relator, encaminhou ao Presidente da Assembléia o Artigo 54 da nova Carta:

'Art.54 — O Presidente e o Vice-Presidente da República exercerão o cargo por seis anos'.

"Em plenário, foram muitas as emendas para que o prazo ficasse em quatro anos, mas terminou vencedora proposta de cinco, embora a maioria desejasse, relativamente ao General Dutra, assegurar-lhe os seis anos estipulados na Carta de 37, sob cuja égide fora eleito em dois de dezembro, o que seria feito através das Disposições Transitórias/

"Dutra entendeu-se com as lideranças partidárias para fazê-las ver que poderia perfeitamente abrir mão de um ano de mandato, em favor da imediata entrada em vigência da Constituição. Em consequência, seu mandato foi fixado em cinco anos. Os deputados, que o exerceriam por apenas quatro, foram beneficiados com mais um, em vista da necessidade de coincidência.

"Em Minas, o Ministro da Justiça, Carlos Luz, sonhava com o Palácio da Liberdade, mas sabia que não conseguiria homologação pelo Diretório Regional do PSD. Idealizou então o sistema de sublegendas e levou a Dutra minuta de decreto-lei para o seu estabelecimento. O Presidente, embora simpaticamente da idéia, preferiu submetê-la às lideranças de seu partido, que a vetaram.

"Na verdade, o general empalava tanta importância à democratização das legendas, que reiteraria:

"É preciso conquistar para os partidos o mesmo conteúdo democrático que pelo voto secreto se infundiu no processo eleitoral. Já na minha primeira Mensagem anual, assinaléi mister acabar com o monopólio do uso das legendas partidárias, a impedir a renovação de quadros e incentivar o renitente personalismo, que se manifesta em agrupamentos políticos.